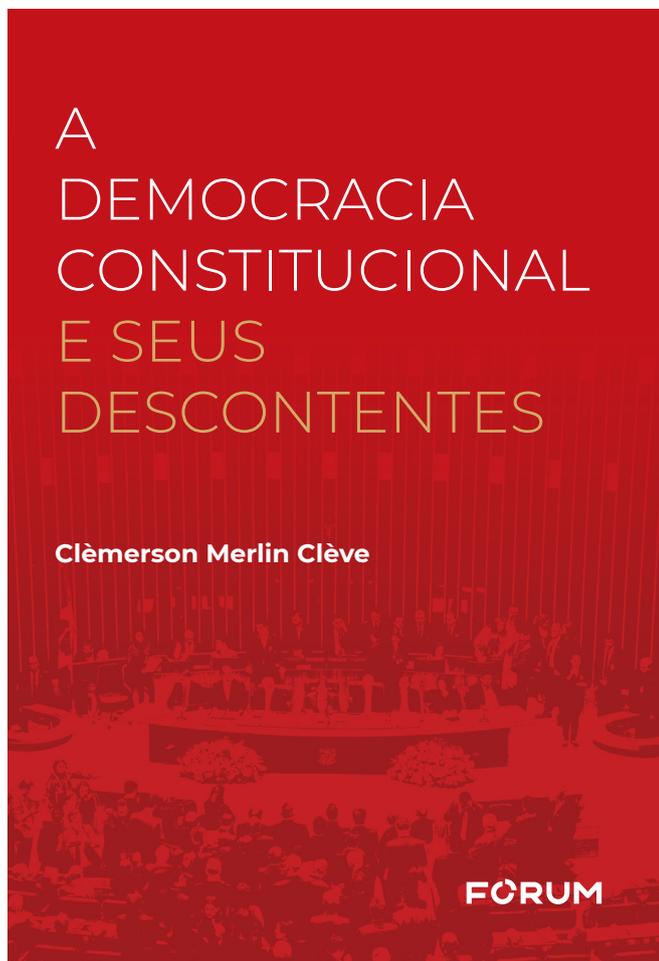


CLÊMERTON MERLIN CLÈVE

# A DEMOCRACIA CONSTITUCIONAL E SEUS DESCONTENTES



Os seis capítulos que compõem a obra testemunham uma preocupação recorrente com a democracia constitucional, com as instituições republicanas e, sobretudo, com a dignidade da Corte Suprema, garantidora, em última instância, da normatividade constitucional brasileira. Tratam do extremismo que desafiou a normalidade institucional e colocou em risco a democracia constitucional, como também procuram apresentar as relações entre os poderes e órgãos ou entes estatais a partir de uma perspectiva que mereceria maior atenção. Cuidam dos poderes do Supremo Tribunal Federal, entre disfuncionalidades e pronunciamentos que reescravem, aqui e acolá, as fronteiras do quadro constitucional da organização dos poderes.

## Área específica

DIREITO CONSTITUCIONAL.

## Áreas afins

DIREITO ADMINISTRATIVO;  
DIREITO ELEITORAL.

## Palavras-chave

Democracia Constitucional;  
Supremo Tribunal Federal; Direitos Fundamentais;  
Arguição de Descumprimento de Preceito  
Fundamental.

FORMATO: 14,5 x 21,5 cm  
CÓDIGO SANKHYA: 3273

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

C635d Clève, Clèmerson Merlin  
A Democracia Constitucional e seus descontentes / Clèmerson Merlin Clève. Belo Horizonte: Fórum, 2025.  
143 p. 14,5x21,5cm  
ISBN impresso 978-65-5518-924-7  
ISBN digital 978-65-5518-921-6  
1. Democracia constitucional. 2. Supremo Tribunal Federal. 3. Direitos fundamentais. 4. Arguição de descumprimento de preceito fundamental.  
I. Título.  
CDD 342  
CDU 342

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

CLÈVE, Clèmerson Merlin. *A Democracia Constitucional e seus descontentes*. Belo Horizonte: Fórum, 2025. 143p. ISBN 978-65-5518-924-7.

### CLÈMERSON MERLIN CLÈVE

Professor Titular de Direito Constitucional das Faculdades de Direito da Universidade Federal do Paraná e do UniBrasil Centro Universitário. É Mestre e Doutor em direito, com período de estudos na Faculté de Droit de la Université Catholique de Louvain, Bélgica. Foi professor do Curso de Doutorado em Direitos Humanos, Interculturalidade e Desenvolvimento da Universidad Pablo de Olavide (Sevilha, Espanha). Integra o Conselho Editorial de algumas das mais importantes revistas da área do Direito Público no país. É membro da Academia Paranaense de Letras Jurídicas, da Academia Paranaense de Letras, do Instituto dos Advogados Brasileiros, do Instituto dos Advogados do Paraná, do Instituto Brasileiro de Direito Constitucional, da Associação Brasileira dos Constitucionalistas Democratas, do Instituto Ibero-Americano de Direito Constitucional e da International Association of Constitutional Law. Membro honorário da Comissão de Estudos Constitucionais do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Autor de outras obras publicadas por esta editora. Atua como advogado e consultor na área do Direito Público.

## SUMÁRIO

|  |   |    |
|--|---|----|
| APRESENTAÇÃO.....  | 11  |    |
| AUTORITARISMO, GOVERNABILIDADE E DEMOCRACIA NO BRASIL<br>CONTEMPORÂNEO .....                               |   |    |
| 1  | Prolegômenos..... 15  |    |
| 2  | Desenho constitucional, reforma e inflação normativa..... 17                            |    |
| 3  | Democracia e governabilidade .....  | 18 |
| 4  | Democracia e tentação autocrática.....  | 19 |
| 5  | Erosão democrática e Administração Pública .....  | 25 |
| 6  | A tramitação de uma Proposta de Emenda Constitucional como<br>exemplo eloquente.....    | 26 |
| 7  | Conclusão.....  | 29 |
|  | Referências .....   | 31 |
| POPULISMO E DEMOCRACIA NA ERA DA INTOLERÂNCIA.....   |   | 33 |
| 1  | Introdução.....   | 33 |
| 2  | Crise pandêmica, democracia e defesa da Constituição.....                               | 34 |
| 3  | O Congresso Nacional e a pandemia.....  | 37 |
| 4  | O Supremo Tribunal Federal e a <i>jurisprudência da crise</i> .....                     | 38 |
| 5  | O uso abusivo da Lei de Segurança Nacional .....  | 41 |
| 6  | Conclusão.....  | 43 |
|  | Referências .....   | 44 |
| SEPARAÇÃO DOS PODERES: COOPERAÇÃO E DISPUTA<br>NO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO NORMATIVA EM DUAS<br>DIMENSÕES ..... |   | 47 |
| 1  | Introdução.....   | 47 |
| 2  | Definindo o contexto.....   | 48 |
| 3  | Atuação normativa secundária do Executivo e diálogo cooperativo<br>e adversarial.....   | 50 |
| 4  | Atuação normativa primária do Executivo e processo legislativo .....                    | 54 |
| 5  | Conclusão.....  | 59 |
|  | Referências .....   | 59 |
| O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL ENTRE O PRESENTE<br>E O FUTURO.....   |   | 61 |
| 1  | Introdução.....   | 61 |
| 2  | A Constituição amadurece .....  | 62 |
| 3  | O desenho institucional do Judiciário .....   | 63 |
| 4  | O desenho institucional do Supremo Tribunal Federal.....                                | 65 |
| 5  | O progressivo fortalecimento do Supremo Tribunal Federal .....                          | 65 |
| 6  | Correção tópica do desenho e das disfuncionalidades do Supremo<br>Tribunal Federal..... | 70 |
| 6.1  | Sabatina no Senado e <i>freios e contrapesos</i> .....                                  | 72 |
| 6.2  | <i>Déficit</i> de colegialidade: Onze Supremos? .....                                   | 74 |
| 6.3  | Controle da agenda, definição da pauta e plenário virtual .....                         | 76 |
| 6.4  | Estado de Direito e segurança jurídica.....   | 78 |
| 7  | Conclusão: o Supremo do futuro .....  | 80 |
|  | Referências .....   | 81 |
| O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E A ARGUIÇÃO DE<br>DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL (ADPF)....            |   | 85 |
| 1  | Prelúdio.....   | 85 |
| 2  | As duas vias da medida: arguição incidental e arguição autônoma.....                    | 87 |
| 3  | Ameaça ou violação de preceito fundamental .....  | 88 |

|     |   |     |
|-----|---|-----|
| 4   | Ato do Poder Público .....  | 90  |
| 5   | O princípio da subsidiariedade .....  | 92  |
| 6   | Pressuposto específico da arguição incidental: relevância do fundamento da controvérsia constitucional sobre lei ou ato normativo ..... | 96  |
| 7   | Legitimidade processual ativa e passiva .....   | 97  |
| 7.1 | A legitimidade ativa em via autônoma .....  | 97  |
| 7.2 | A legitimidade ativa em via incidental.....   | 98  |
| 8   | Os atos impugnáveis por arguição de descumprimento de preceito fundamental .....  | 100 |
| 8.1 | Controle abstrato preventivo .....  | 101 |
| 8.2 | Controle abstrato repressivo da lei municipal ou da lei distrital quando o Distrito Federal exercer competência municipal .....         | 105 |
| 8.3 | Controle abstrato repressivo das leis e atos normativos anteriores à Constituição Federal.....  | 106 |
| 8.4 | Controle dos atos normativos do Poder Público que excedam o campo da legalidade .....   | 107 |
| 8.5 | Normas revogadas.....   | 108 |
| 8.6 | Atos com efeitos exauridos.....   | 109 |
| 8.7 | Controle da omissão estatal .....   | 110 |
| 9   | O Estado de coisas inconstitucional.....  | 111 |
| 10  | Procedimento .....  | 114 |
| 11  | Medida Liminar .....  | 117 |
| 12  | A decisão e seus efeitos.....   | 120 |
| 13  | Conclusão.....  | 121 |
|     | Referências .....   | 121 |

#### O SISTEMA CONSTITUCIONAL BRASILEIRO – LE SYSTEMÈ

|     |  |     |
|-----|--|-----|
|     | CONSTITUTIONNEL BRÉSILIEN .....                    | 125 |
| 1   | Les droits fondamentaux.....                       | 125 |
| 1.1 | La dimension négative des droits fondamentaux..... | 125 |
| 1.2 | Techniques .....                                   | 129 |
| 1.3 | La dimension positive des droits fondamentaux..... | 130 |
| 2   | L’organisation de l’Etat.....                      | 133 |
| 2.1 | Pouvoirs et institutions politiques .....          | 133 |
| 2.2 | La Démocratie et l’Etat de droit.....              | 136 |
|     | ÍNDICE ONOMÁSTICO.....                             | 141 |